



COMUNICAÇÃO CONJUNTA SOBRE PROJETOS DE CARBONO NA AMAZÔNIA

Data: 26 outubro 2023

Programa REDD+ Comunitário

A aliança de empresas que fazem parte do Programa Comunitário REDD+ busca promover o desenvolvimento comunitário sustentável das comunidades indígenas e negras, fortalecer a capacidade de autogoverno de acordo com suas estruturas e formas tradicionais, proteger a biodiversidade e conservar florestas ameaçadas por processos de crescimento do desmatamento e da degradação florestal. Compartilhamos com o INFOAMAZONIA a preocupação com a proteção da Amazônia e seu papel como mecanismo de regulação climática global, como grande reservatório de carbono e lar do maior número de espécies do mundo. Além disso, fundamentalmente a nossa aliança reconhece o valor preponderante da região como lar de múltiplos povos indígenas com direitos ancestrais e grandes necessidades sociais e econômicas. Sabemos que os projetos REDD+ são uma oportunidade histórica para as comunidades locais finalmente financiarem os seus planos de vida, desenvolverem a sua capacidade de governação e defesa cultural, ao mesmo tempo que travam efetivamente o desmatamento.

Porém, lamentamos profundamente a nota publicada recentemente pelo INFOAMAZONIA sobre nosso trabalho no Brasil. As comunidades que participam na formulação destes projetos certamente se expressarão de forma semelhante ao que tentamos fazer nesta nota. Fiéis ao Código de Conduta, desenvolvido a partir de conversas com a Organização dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana - OPIAC, ao qual aceitamos voluntariamente como membros da ASOREDD, obedecemos aos sentimentos e prioridades das comunidades indígenas, como donos de seus projetos REDD+. Os projetos pertencem às comunidades e são para as comunidades, elas decidem se querem desenvolver os seus projetos. As decisões são tomadas ao nível das Assembleias, os membros definem as prioridades e os caminhos a seguir para a formulação e implementação dos projetos. Na fase de implementação, são as comunidades que definem os investimentos sociais, produtivos, culturais, de monitoramento e governança no âmbito dos projetos REDD+ que foram concebidos com a sua participação ativa. São as próprias comunidades que decidem sobre as mudanças ou ajustes nas atividades do projeto para responder dinamicamente às suas necessidades e prioridades. São efetivamente projetos comunitários e totalmente enquadrados nos princípios de autodeterminação dos povos que são assegurados pela Convenção 169 da OIT.

Essa forma de trabalhar foi conhecida em primeira mão por lideranças indígenas de Jutáí e representantes da FUNAI que puderam viajar à Colômbia para corroborar diretamente a forma como o Programa Comunitário REDD+ funciona em diversos projetos na Amazônia colombiana. Os líderes das comunidades e o representante da FUNAI tiveram a oportunidade de conhecer a experiência dos projetos que nossa aliança desenvolve ao longo do rio Caquetá na Colômbia (ou seja, Monochoa, Puerto Zabalo y Los Monos e CRIMA Predio Putumayo Andoque de Aduche). São projetos de sucesso onde as comunidades a todos os níveis participam na implementação dos seus projetos e onde a satisfação com o processo e as conquistas alcançadas é especialmente evidente. Isto foi registado em reportagens televisivas (Los Informantes) e na imprensa escrita (El Espectador). Foi assim que, sob as mesmas diretrizes, o trabalho começou no Brasil, de maneira respeitosa às normas locais e às formas e governos tradicionais. Os projetos realizados na área de Jutáí estão sendo desenvolvidos em conjunto com as comunidades locais participantes, envolvendo toda a população, sob lideranças ancestrais tradicionais, apoiados pelo Conselho dos Povos Indígenas de Jutáí (COPIJU) e por representantes da FUNAI de Jutáí.

Desde 2021, as comunidades indígenas de Jutai decidiram embarcar no caminho da proteçao territorial e da educaçao prpria como parte da estratgia para contribuir para o seu desenvolvimento sustentavel e participar de mecanismos de financiamento internacionais como o REDD+. Essa iniciativa deu origem a constituicao legal da Universidade Indigena Diferenciada dos Povos Amaznicos (UIDPA) e da Guarda Ambiental Indigena da Amazonia (GAIAM). Para desenvolver o seu projeto REDD+, os lideres procuraram o apoio de empresas com experiencia no desenvolvimento desse tipo de projetos. Entraram em contato com Concepto Carbono e convocaram reunioes para o esquema de trabalho pudesse ser apresentado e explicado a eles (incluindo distribuicao de benefcios e escopo do projeto). Apes a realizacao dessa reuniao, as liderancas indigenas convocaram uma assembleia onde os caciques e membros das aldeias relataram seu desejo de trabalhar com esta empresa e comecar a coletar e monitorar suas atividades para participar do mercado de carbono com seu projeto REDD+. Naquela assembleia assinaram um acordo com a empresa para cumprir este objetivo (carta de intencoes para desenvolver o projeto REDD+). No ambito deste acordo, foram realizadas multiplas reunioes comunitarias nas aldeias de cada terra indigena, onde os membros identificaram os meios de subsistencia, as pressoes, as solucoes e os aspectos mais importantes para estruturar a estratgia REDD+ para cada territorio, o que contribuirá para a implementacao seus planos de vida, melhorar as condicoes de seus habitantes e reduzir os riscos de desmatamento que ocorreu historicamente.

Durante o processo, as liderancas e estudantes filiados a UIDPA – GAIAM sempre manifestaram a grande expectativa de receber recursos financeiros para avancar nos seus objetivos de educaçao e proteçao cultural e territorial. Mas em nenhum momento Concepto Carbono prometeu a criacao ou construicao de uma nova universidade. Reconhecendo o importante papel que a UIDPA - GAIAM desempenha no projecto REDD+ das comunidades, durante o processo de estruturacao e monitoramento, foram financiadas assembleias, reunioes, eventos culturais e outros elementos que lhes permitiram avancar nos seus objetivos de governanca e educaçao ambiental. Da mesma forma, durante as reunioes de construicao do projeto REDD+ realizadas nas aldeias de cada terra indigena, a comunidade decidiu priorizar o financiamento das atividades UIDPA - GAIAM com recursos provenientes da venda de certificados de carbono, como parte de seus planos de vida e contribuicao para a proteçao territorial e o desenvolvimento social.

Desde o primeiro momento tambem entendemos a importancia da FUNAI como garante do processo, para que os direitos e a integridade das comunidades indigenas sejam respeitados a todo custo. Os processos participativos foram orientados para que as comunidades definam o seu projeto e o ratifiquem a nivel da assembleia. Desta forma, sao garantidos os principios do consentimento previo, livre e informado. Os projetos REDD+ sao processos vivos de longo prazo e, portanto, desde o inicio sao definidos comites ou conselhos REDD formados por representantes comunitarios. As atividades do projeto, sua execucao e avaliacao de desempenho sao de responsabilidade desses comites. Para resolver reclamaçoes, duvidas, problemas ou sugestoes em geral, sao sempre estabelecidos sistemas para responder as Solicitaçoes, Queixas e Reclamaçoes lideradas pelas autoridades tradicionais e pessoas escolhidas pela comunidade, desta forma e dada voz a todos os participantes da comunidade e outras partes interessadas.

A comunidade indigena de Jutai tem participado de inumeras atividades para desenhar seus projetos REDD+, identificar os problemas, agentes e causas do desmatamento e da degradacao florestal, encontrar solucoes para enfrentar as causas identificadas e definir atividades especificas que contribuam para a solucao e estabelecer um mecanismo de melhoria continua para o futuro do projeto.

As cartas de intencoes assinadas com a empresa Concepto Carbono, que convidou as empresas da

Aliança para desenvolver os projetos comunitários REDD+ em Jutai, são expressões de intenções que têm o objetivo avançar no processo de desenvolvimento de projetos. Uma vez definida a estratégia REDD+ para cada projeto, adaptada às realidades e necessidades das comunidades, um contrato de desenvolvimento e implementação de projeto pode ser efetivamente negociado com a colaboração da Aliança. Quando a comunidade conhece o desenho final do seu projeto e ratifica a vontade de implementar o projeto, então o contrato pode ser assinado e avançar para as etapas de validação e verificação de acordo com os padrões internacionais que regem os projetos de REDD+ desenvolvidos. Os padrões baseiam-se no cumprimento das salvaguardas ambientais, sociais e institucionais, no respeito ao autogoverno, no consentimento prévio, livre e informado, na participação ativa da comunidade no desenvolvimento e implementação de atividades de REDD+, entre outros elementos.

Para esclarecer as informações apresentadas na nota do INFOAMAZONIA, antes de iniciar os trabalhos em Jutai nossa delegação da Aliança visitou a FUNAI em Tabatinga com o intuito de apresentar nossa forma de trabalhar e estabelecer as primeiras abordagens. Como não tínhamos consentimento institucional naquele momento, não demos continuidade ao processo e paramos os trabalhos naquela região. No caso do projeto Mato Grosso, estamos aguardando que a FUNAI conheça e apoie o potencial projeto que a comunidade ENAWENE deseja desenvolver, antes de avançar no desenho e monitoramento do seu projeto REDD+. Assim como no caso de Jutai, este seria um projeto de propriedade dos povos indígenas e seriam eles, com a nossa ajuda, que desenvolveriam, formulariam, implementariam e até avaliariam seu desempenho. Tudo, claro, com adesão às formas e tradições culturais, autogoverno e apoio da FUNAI.

Nossa Aliança está sempre aberta a críticas construtivas e disposta a corrigir ou melhorar os processos que realizamos com as comunidades. Contudo, afirmamos que os comentários e informações apresentados pelo INFOAMAZONIA não reconhecem o processo e a realidade por trás do desenvolvimento dos projetos, que possuem alto nível de integridade e respeito às salvaguardas sociais, institucionais e ambientais. Lamentamos profundamente esta situação, uma vez que este tipo de apontamentos acaba por afetar negativamente as comunidades donas dos seus projetos. O esforço necessário para frear o avanço do crescente desmatamento na Amazônia é enorme. Portanto, a soma dos esforços dos atores públicos e privados é essencial. Aderindo aos princípios das salvaguardas, da autodeterminação dos povos indígenas e trabalhando de forma participativa, reconhecemos que o mercado de carbono pode contribuir significativamente para a solução do problema e proporcionar uma oportunidade real para as comunidades melhorarem as suas condições de vida. Isto requer o apoio de boas fontes de informação e esquemas de colaboração destinados ao objetivo comum de conservação das florestas e desenvolvimento local comunitário.